



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016

1 Aos vinte e sete de junho de 2016, às 18h30min., em segunda convocação, reuniram na
2 sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Londrina, Avenida Duque de
3 Caxias, nº 635, os Conselheiros constantes na lista de presença em anexo. **1. Ordem**
4 **do dia: 1.1 Leitura:** Foi solicitada e aprovada a inclusão de pauta referente ao contrato
5 da SANEPAR, projetos do PROVERDE e Conselho Gestor da Mata dos Godoy; A
6 conselheira da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Patrícia de Oliveira Rosa da
7 Silva, apresentou mais dois novos membros da Câmara Técnica em questão. **1.2**
8 **Justificativa de Ausência:** Carla Cordeiro - assuntos pessoais; Marcus Vinicius
9 Gimenez – reunião da Acil no mesmo horário; Rodrigo Zacaria – viagem; Renan Kleber
10 de Oliveira – luto; Lilian Miranda – reunião no mesmo horário; Vera Cristina Jane Vieira
11 – viagem.. **2. Aprovação de Atas: 2.1) Ata da 4ª Reunião de 2016 - Corrigida:** A ata
12 em que questão foi aprovada por unanimidade. **2.2) Ata da 5ª Reunião de 2016:** A ata
13 em que questão foi aprovada por unanimidade. **3. Prestação de Contas: Ofício 200-**
14 **2016 - Visita Técnica ao Jd. Santa Rita:** A senhora Presidente Margareth comentou
15 que para a solução da erosão existente na nascente do córrego Quati, é necessário fazer
16 o deslocamento de uma família que reside no local há mais de oito anos. A progressão
17 da erosão já se encontra há dois metros da adutora de esgoto. O representante da
18 Secretaria de Obras, senhor Claudemir Maistro, comentou que esta Secretaria irá iniciar
19 os reparos. A conselheira Roberta Queiroz e o conselheiro Renan Campos, ficaram de
20 participar da próxima reunião referente ao assunto, a ser realizado na Câmara Municipal
21 de Londrina. A conselheira Roberta destaca que se deve evitar que novas erosões
22 cheguem no estado crítica que a já citada se encontra. O conselheiro Bruno de Souza
23 Lopes, pergunta se a COHAB já fora oficializada sobre o assunto. A senhora Presidente
24 afirma que também deseja oficializar a Secretaria Municipal de Assistência Social. O
25 Conselheiro Luís Egídio relata que está em debate no Conselho de Habitação o aluguel
26 para famílias vítimas de situações desta natureza, além do aluguel social. O conselheiro
27 Odair Siqueira solicita que se localize o proprietário da área. A Presidente informa que a
28 causa do problema teve início quando houve a construção de um aterro que causou o



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016

29 rompimento de uma adutora. **3.2) Ofícios Expedidos:** os itens **3.2.1.** e **3.2.2.** foram
30 dados ciência para Plenária. **4) Assuntos da Pauta. 4.1) Audiência sobre orçamento**
31 **e reunião com o vereador Prof. Fabinho:** A pedido da senhora Presidente, a
32 conselheira Roberta Queiroz relata aos demais presentes os assuntos tratados junto ao
33 Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Professor Fabinho, que se colocou à
34 disposição para auxiliar este Conselho no que se refere a pedido de informações e no
35 apoio para alocação de recursos no orçamento da Secretaria Municipal do Ambiente e
36 no repasse dos recursos do ICMS Ecológico para o FMMA. O conselheiro Ângelo
37 Barreiros informou que, referente ao assunto citado anteriormente, já solicitou ao
38 vereador Mario Takahashi, que formule o pedido de informação junto ao Executivo, que
39 terá prazo de 15 dias para resposta com mais 15 dias de aprovação. A conselheira
40 Roberta informou que a cobrança pelos repasses do ICMS Ecológico já surtiu efeito,
41 destacando ainda a fala da Presidente na ocasião do lançamento do PROVERDE que a
42 continuidade desses projetos depende do repasse desses recursos. **4.2) Reunião da**
43 **Câmara a respeito de Projeto de Lei sobre Fracking, da Vereadora Lenir de Assis:**
44 A senhora Presidente informa que participou da reunião, informando que o projeto se
45 encontra ainda na fase de formulação, tanto que ainda não está numerado, e que
46 certamente virá para o CONSEMMA; solicita solicitações dos conselheiros sobre quais
47 Câmaras Técnicas o projeto deveria tramitar, informando também que existe no
48 Congresso Federal uma lei de autoria do deputado federal Marcelo Belinatti que trata do
49 assunto em questão. A conselheira Roberta informa que há uma lei estadual, do
50 deputado Rasca Rodrigues. O conselheiro Gustavo Marconi relata que a Petrobrás está
51 fazendo estudos nos municípios de Umuarama e Bela Vista do Paraíso, e que o Fracking
52 já foi causa da queda do preço do petróleo nos Estados Unidos, e que esse assunto não
53 se refere a multinacionais de pouca expressão. A conselheira Roberta informa que há
54 uma urgência para extrair esses gases que ainda restam no solo. O conselheiro
55 Mauro Andrade sugere que o Conselho convide o deputado Rasca para proferir uma
56 palestra aos demais conselheiros. Gustavo Marconi sugere ainda que se convide os



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016

57 professores da UEL, como José Paulo Pinese, Cleuber Moraes e André Celligoi. A
58 conselheira Roberta destacou que não se deve esperar que esse método de extração
59 de gás chegue a Londrina, para que se tomem providências, e que lutar contra tal método
60 é uma proposta da nova Executiva. Gustavo Marconi relatou que esse assunto é técnico,
61 e não deve ser tratado com base em achismos. A conselheira Maria José sugeriu que os
62 profissionais da UEL ligados à bioenergia para que participem do debate. A conselheira
63 Patrícia propõe a realização de uma mesa redonda, também destacando a necessidade
64 de participação do pessoal de Direito da UEL; informou ainda que existe na internet um
65 vídeo de um programa a respeito do Fracking nos Estados Unidos e na Argentina. **4.3)**
66 **Levantamento de presença dos Conselheiros do biênio 2016-2017:** A senhora
67 Presidente consulta os presentes como fora a condução referente às faltas do biênio
68 anterior. O conselheiro Luís Egídio relatou que os conselheiros Ilson da Silva e Luciana
69 Velho já tem três faltas e que podem ser substituídos automaticamente. Os conselheiros
70 João Tescaro e Mauro Andrade solicitaram que seja corrigido o levantamento de faltas,
71 já que ambos possuem apenas uma. O conselheiro Gustavo Góes informa que a
72 exclusão se dá por ato da Comissão Executiva. Ressalvado direito ao contraditório
73 previsto no Regimento, Artigos 10 e 11. O conselheiro Ângelo questionou se o Regimento
74 fora publicado na página oficial do Conselho. Gustavo Góes afirmou que há instituições
75 que não participam das reuniões do CONSEMMA, e que precisa ser discutido, já que
76 existe um projeto para alteração da composição do Conselho, na Câmara Municipal de
77 Londrina. A senhora Presidente informou que nos casos onde se existam suplentes,
78 devem-se ascender automaticamente, no caso de expulsão dos titulares. Gustavo
79 Marconi sugeriu que os conselheiros suplentes sejam motivados a participar da reunião.
80 O conselheiro Luís Egídio sugeriu que, em caso de falta justificadas dos titulares, seus
81 suplentes sejam avisados com antecedência. **4.4) Discussão e aprovação de recursos**
82 **de multas:** colocado em votação dos presentes, com exceção da conselheira Roberta
83 Queiroz, que justificou sua saída antecipada, os pareceres da Câmara Técnica Jurídica
84 referentes a: 1. Processo Administrativo 38.757/2011 – SENA Construções Ltda, que



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016

85 trata de descumprimento de termo de compromisso ambiental firmado com a Secretaria
86 Municipal do Ambiente para arborização do fundo de vale do loteamento Jardim Tropical
87 D. Após leitura do parecer, a Plenária aprovou por unanimidade. 2. Processo
88 Administrativo 47.284/2015 – Neusa Maria Quaglio de Aquino, referente à poda drástica,
89 foi aprovado, com o voto contrário da conselheira Sandra e abstenção dos conselheiros
90 Luís Egídio e José Albino. 3. Processo Administrativo 62.117/2014 – Condomínio
91 Residencial Lagoa Dourada, referente à poda drástica, foi aprovado, com o voto contrário
92 da conselheira Sandra e abstenção dos conselheiros Luís Egídio e José Albino. 4.
93 Processo Administrativo 70.541/2014 – Edifício Torres Vedras – referente à poda
94 drástica, foi aprovado, com o voto contrário da conselheira Sandra e abstenção dos
95 conselheiros Luís Egídio e José Albino. 5. Processo Administrativo 46.721/2013 –
96 Egmídio Feliciano de Oliveira, referente à poda drástica, a senhora Presidente relata que
97 o funcionário fez a poda a mando da empresa, sugerindo o cancelamento da multa do
98 funcionário e, após várias contribuições dos presentes, o parecer foi aprovado por
99 unanimidade. **4.5) Reunião referente ao contrato da SANEPAR:** A senhora Presidente
100 lamentou o cancelamento da reunião com o Prefeito que ocorreu em cima da hora, e que
101 já falou com V. Exa. para agendar nova reunião. O conselheiro Ângelo Barreiro informou
102 que o Ministério Público está pedindo as correções no contrato realizado entre a
103 Prefeitura e a SANEPAR, colocando que sua principal preocupação refere-se aos índices
104 de tratamento de esgoto, pedindo aos demais conselheiros a contribuição sobre este
105 assunto, e que se refere à trinta anos. O conselheiro Odair lamenta que o mesmo não
106 tenha passado pelo Conselho, sendo que este só é lembrado para pedidos de recursos.
107 Gustavo Marconi afirmou que o contrato com a SANEPAR não traz garantias quanto ao
108 tratamento de esgoto. Gustavo Góes relatou que pediu em audiência pública a
109 reconsideração quanto aos recursos do contrato de saneamento, mas não foi atendido,
110 pedindo esclarecimento à senhora Presidente sobre a necessidade do Projeto de Lei
111 referente ao contrato da SANEPAR passar pela análise deste Conselho. A senhora
112 Presidente entende que essa atribuição está clara na lei de criação de conselho, já que



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016

113 consta a participação na formulação das diretrizes da política ambiental; participar de
114 todos os atos legislativos regulatórios e que com base nessas informações oficiou o
115 Executivo recentemente. O conselheiro José Paulo relata que já participou como servidor
116 pública na formulação da Lei de saneamento, e que a maioria dos contratos foram
117 emergenciais por ausência do órgão regulamentador, e que o projeto inicial era ter
118 conselheiros remunerados e servidores públicos. O conselheiro Mauro lamentou que o
119 CONSEMMA não esteja representado no Conselho de Saneamento. O conselheiro
120 Ângelo informou que os conselheiros titulares serão escolhidos em lista tríplice a ser
121 apresentado para o Prefeito e que o Fórum teve a participação predominante de
122 membros do Poder Público e os movimentos sociais só possuíam quatro participantes.
123 José Paulo disse que muitas discussões podiam ocorrer a posterior e que ainda há tempo
124 de solicitar a inclusão de um representante do CONSEMMA. Gustavo Góes pediu que
125 não se pode aceitar o cancelamento da reunião com o Prefeito sem uma reação deste
126 Conselho. O conselheiro Marcos Pedracci relatou aos demais participantes que fez parte
127 de estudos relativos ao projeto de drenagem urbana que será custeado pela SANEPAR
128 dentro do novo contrato. O conselheiro Mauro relatou que está sendo feito um estudo do
129 ribeirão Cambé, a pedido do Instituto das Águas do Paraná. A senhora Presidente
130 sugeriu emissão de ofício ressaltando as competências do CONSEMMA. O conselheiro
131 Wagner sugeriu que o CONSEMMA solicite que todos os contratos (saneamento básico,
132 drenagem, resíduos) sejam emitidos a este Conselho para análise. Mauro sugeriu, sendo
133 aprovado por unanimidade pela Plenária, emissão de ofício para o Executivo solicitando
134 alteração de projeto do fundo de saneamento, incluindo uma vaga para o CONSEMMA.
135 **4.6) Assinatura do PROVERDE:** O conselheiro Gustavo Góes relatou que na data de
136 hoje, foi assinado o primeiro contrato com o PROVERDE, lamentando que os demais
137 não tenham sido aprovados devido o parecer da Controladoria Geral do Município que
138 vetou a liberação dos recursos para os projetos que tinham, como gestores, servidores
139 públicos estaduais e federais, contrariando o que fora constado em edital emitido pelo
140 mesmo órgão. A senhora Presidente afirmou que, segundo advogada, há relatos de que



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016

141 esses projetos podem ser vetados pelo Tribunal de Contas do Estado. Ângelo Barreiros
142 ponderou que apenas os alunos receberão esses recursos, acreditando que talvez os
143 projetos, objetos desta discussão, ainda serão assinados. Maria José comentou que na
144 UEL e FAUEL, os projetos são apresentados com servidores públicos entre os
145 beneficiários, e são aprovados, afirmando ainda que não conhece a professora Patrícia
146 da UEL, mencionada anteriormente pela senhora Presidente. Gustavo Góes lamentou a
147 demora e o entendimento da Controladoria Geral do Município, afirmando que os
148 professores só entraram com o projeto porque o edital não previa essa restrição, mas
149 que enfim o PROVERDE foi aprovado após anos de luta deste Conselho. **4.7) Indicação**
150 **de membro suplente para o Conselho Gestor da Mata dos Godoy:** O conselheiro
151 Gustavo Góes afirmou ser membro titular deste Conselho, o qual possui reuniões
152 quadrimestrais, e solicitou a indicação de um membro suplente. O conselheiro João
153 Tescaro demonstrou interesse em participar, o que foi aprovado pela Plenária por
154 unanimidade. **5. Informes Gerais:** A coordenadora da Câmara Técnica de Educação
155 Ambiental comunicou que comparecerá a uma reunião, em 19/07, no CRAS Norte, para
156 dar início ao projeto de educação ambiental do Conjunto Vista Bela. A Câmara Técnica
157 de Recursos Hídricos informou que houve uma reunião que em breve apresentará para
158 a Plenária um plano de trabalho com suas prioridades. A Câmara Técnica de Resíduos
159 relatou que estão sendo feitos os levantamentos que nortearão as demandas para este
160 biênio. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi declarada encerrada
161 às 20h40 min., sendo lavrada a presente ata que, se lida e achada de acordo, segue
162 assinada por mim, Gerson Galdino, secretário designado, e pela Sra. Presidente,
163 Margareth de Almeida Pongelupe.